

PRECISO TE FAZER UMA PERGUNTA QUE SÓ VAI SERVIR PARA VOCÊ

Entrevista concedida por Beá Meira¹ a Pedro Bonfim Leal

Ao Largo: Gostaria de começar perguntando sobre a sua trajetória até chegar no campo da Educação.

Beá: Sou arquiteta de formação, estudei na FAU da USP e comecei a dar aula assim que me formei. Dava aula de desenho arquitetônico como preparação para os alunos prestarem o vestibular da faculdade de arquitetura. Essa foi minha primeira experiência como professora. Daí acabei indo para o Ensino Médio do Colégio Logos, em São Paulo, um colégio experimental com um projeto pedagógico muito interessante. Naquele tempo – no final dos anos 80 – eles já estavam pensando em transdisciplinaridade. Ali dei aula de artes no Ensino Médio durante 10 anos, mas como uma atividade paralela, pois eu tinha um escritório de design gráfico. Nessa época eu ainda não imaginava que seria levada para a Educação. Pelo contrário, achava que aquilo era o meu bico. A partir dessa experiência, fui convidada a dar aula na Faculdade de Arquitetura de Santos – disciplina de plástica da arquitetura – em que ensinava desenho, teoria da cor, construção do espaço gráfico e estruturas espaciais.

Ao Largo: Mas o seu plano inicial era ficar no design gráfico, e a Educação foi acontecendo em paralelo?

Beá: Isso, foi acontecendo junto, só que foi tomando um corpo também. E as coisas foram se encontrando, porque a certa altura – no final dos anos 90 – fui convidada para trabalhar na editora Scipione como designer, para fazer projeto gráfico de livros didáticos. Foi assim que aos poucos fui me aprofundando com o formato desse material. Até que o diretor de arte da editora me provocou para

¹ Artista, escritora e educadora, Beá Meira é formada em arquitetura pela FAU-USP. Atuou junto à Universidade das Quebradas – curso de extensão da UERJ – como coordenadora e professora entre 2010 e 2015. Desde 2006, escreve materiais didáticos de arte para o Ensino Médio. Dentre seus títulos já publicados, estão: *Radix Arte* (2006), *Projeto Mosaico* (2015) e *Percursos da Arte* (2018).

pensar uma coleção de livros didáticos de arte. Foi quando saiu o PCN [Parâmetros Curriculares Nacionais], em 1997.

Ao Largo: Nessa época, quando você foi convidada, o que era na sua cabeça um livro didático de arte?

Beá: Lembro que cheguei a ir a uma conferência presencial com a Rosa lavelberg, que estava coordenando a área de arte no MEC. Fui a algumas palestras para assisti-la, para entender quais eram as propostas. Então fui muito estimulada pela própria política pública daquele momento. Tentei fazer uma coleção que fosse uma resposta aos PCNs. Por exemplo, tinham os temas transversais – a questão da saúde, do meio-ambiente, a abordagem multicultural, uma série de coisas que eram importantes do PCN e que eu trouxe para o material.

Aí eu fiz uma primeira proposta para apresentar para editora, e fiquei grávida de gêmeos. Eu trabalhava em parceria com a Gabriela Brioschi. Ela apresentou em outras editoras também, e a [editora] FTD quis fazer. Falei para a Gabi “então faça! Eu não posso fazer, acabei de ter dois filhos”. E em 2003, logo que voltei a trabalhar, fui na Scipione e eles me convidaram novamente a pensar um projeto.

Ao Largo: Mas você já tinha um material pronto?

Beá: Não, comecei do zero e de outro princípio. Porque nestas alturas o material da Gabi já tinha saído pela FTD. Eu não podia repetir aquela proposta. E essa coleção, que foi o *Radix Arte*, fiz assim: um primeiro volume “o que é arte?”, um segundo, sobre teoria e técnicas, sobre o fazer, o terceiro sobre temas relevantes: corpo, natureza, geometria, conceitos. E o último volume era sobre arte e sociedade, mais voltado para profissões – desde patrimônio, arquitetura, design, animação, museus, essas coisas. Foi uma invenção, ninguém tinha feito uma coleção assim. Inventei essa forma e foi muito bem aceita. Os materiais que existiam até então eram relacionados só com o fazer. Porque a arte na escola, até o PCN, era só desenhar, pintar, fazer artesanato e era desconectado de tudo – principalmente da arte. Então era muito “faça um logotipo, “faça um origami”, etc.

Ao Largo: Não sei como era nessa época, mas quando estudei no colégio [anos 90], a gente não tinha conexão nenhuma com arte contemporânea. O que lembro de arte no colégio é arte rupestre, depois pontilhismo, cubismo, e só – até o modernismo.

Beá: No *Radix* já inseri arte contemporânea para caramba, tinha esse princípio nos livros de fazer apresentações transversais dos temas. Então começava cada capítulo, qualquer tema que fosse – o corpo, e apresentava sete exemplos; então tinha o corpo modernista, o renascimento, até uma abordagem contemporânea sobre o corpo. Já tinha essa proposta temática, de fazer uma pequena exposição e não se ater à ordem cronológica.

Ao Largo: Tem duas coisas que gostaria que você comentasse que me parecem fortes no seu material. Uma é tratar a arte como algo além da disciplina, de operar um deslocamento, um diálogo com outras áreas. E outra coisa é a tentativa de fazer um diálogo com a realidade dos alunos.

Beá: Porque eu tinha vivido isso no Logos de uma forma muito intensa. O Logos fez uma coisa nos anos 90 que foi muito ousada, inspirada nas ideias do pensador francês, Edgar Morin. Eles eliminaram a aula em um dia da semana. Então era assim: quinta-feira não tinha ninguém em sala de aula. Imagina, isso em 93. Você tinha os projetos interdisciplinares acontecendo e você estava engajado em um projeto (os alunos se inscreviam no começo do ano). Fiz parte do projeto Arte e Matemática. Esse foi o primeiro e muito bem-sucedido. Acabou acontecendo durante dois anos. Depois participei de um projeto para fazer uma revista de Filosofia, em parceria com uma professora de Filosofia e o professor de Português. Hoje muitos acadêmicos defendem que existe um conteúdo, um conhecimento, que é específico de arte. E que em uma abordagem muito transdisciplinar, a gente estaria esvaziando o conteúdo de arte em prol de trazer os outros conteúdos. Acho exatamente o contrário, acredito que a arte é um campo de conhecimento onde tudo pode. Esse é o grande barato, essa liberdade absoluta. E a arte contemporânea só veio para reafirmar isso.

Ao Largo: É porque, para você se relacionar com a arte contemporânea, você tem que ser criador. Ela te exige isso de saída. Acho que, por essa via, você

constata que todas as outras disciplinas também são criadoras; ou seja, já existe uma possível ponte que é pressuposta.

Beá: Esse é o objetivo da escola do século XXI: se o aluno vai produzir conhecimento, ele precisa pôr em ação essa criação, essa criatividade, essa capacidade de acionar, de produzir e inventar.

Ao Largo: *E nesse produzir conhecimento, uma coisa que a arte contemporânea se dá conta – e a educação também – é que é impossível ao aluno criador apagar a própria origem.*

Beá: Totalmente. Os alunos não vêm como sacos vazios. Isso é outra coisa que precisa se desconstruir. De onde eles vêm, eles vêm com alguma coisa para trocar. Aí reside a ideia da troca dos saberes. A boa escola é a escola que tem gente de todo lugar, cada um com coisas diferentes para trocar. Aí você tem um ambiente educativo rico, com diversidade.

Ao Largo: *Como os seus livros lidam com a localização dos alunos, com a história deles?*

Beá: Vou te contar a história do *Projeto Mosaico*, que tem outra estrutura: corpo, cidade, planeta e ancestralidade. A partir de 2015, o governo passou a comprar livros didáticos de arte. Essa é uma mudança radical na minha vida.

Ao Largo: *Até então seu material era voltado para escola particular?*

Beá: Escola particular! Só a escola particular poderia falar “olha, comprem livros de arte”. Porque o aluno da escola pública não compra livro. Ele recebe. Esse programa PNLD [Plano Nacional de Livros Didáticos] é um dos maiores programas de compra de livros do mundo. Só tem parecido no México. O governo compra os livros de todas as disciplinas para cada aluno. Muitos desses alunos moram em casas sem livros. Então o livro didático, com as qualidades e defeitos que ele tem, é fonte segura de um monte de informações.

Ao Largo: *E como se dá esse desafio? A proposta já chegou dessa maneira: escrever um livro que seria distribuído para todo o Brasil – de norte a sul?*

Beá: Ir para a escola pública coincidiu com a minha vivência na Universidade das Quebradas. Porque fui para Universidade das Quebradas em 2010 e

comecei a produzir o material para escola pública em 2013. Então já tinha passado 3 anos de Universidade das Quebradas. Tinha aprendido muito a respeito da cultura da periferia. Tinha aprendido muito sobre cultura negra, sobre essa cultura carioca da periferia, da baixada também, que é muito diversa e específica. Já tinha a atenção voltada para essa diversidade cultural brasileira. Porque até então eu entendia essa diversidade de uma maneira que acho hoje equivocada – como se diversidade cultural fosse contemplar a cultura nordestina, a pampeira, a pantaneira, etc. Entendia o Brasil como uma nação com ilhas de cultura. A Universidade das Quebradas me mostrou que todas as pessoas são portadoras de cultura. Só que os livros não resolvem essa questão da diversidade. Infelizmente, eles não dão conta disso. Mas tento adotar estratégias para contornar essa lacuna. Por exemplo, o que faço é colocar uma seção, Hora da Troca, em que o aluno e o professor é provocado a trazer seus saberes, seu repertório e a cultura local para a escola.

Ao Largo: Isso tem o lado bom e o lado ruim. Porque os livros não esgotam a própria riqueza da realidade. Mas eles podem servir para despertar nos leitores justamente os olhos para a existência dessa diversidade.

Beá: Para despertar, criar um diálogo. Mas o desafio do livro é uma coisa *non-sense*, porque o Brasil tem essa dimensão enorme. E o pior de tudo é que o Brasil não se conhece. No entanto, todo mundo sabe quem é Picasso. Em 2017 comecei a trabalhar diretamente com o professor, fazendo uns grupos de trabalho com professores de toda parte. Você vai para uma cidade como Colatina [Espírito Santo] por exemplo, vai conversar com os professores de artes e eles sabem sobre Picasso, Matisse, Bauhaus. O modernismo europeu é hegemônico no Brasil. Mas isso vem, eu acho, do professor. Porque o professor de arte vai para a universidade e o legado que ele recebe é esse. Então ele aprende sobre o modernismo europeu e se apaixona – natural. Não tem como recriminar que o professor gosta do Matisse, do Degas.

Ao Largo: E como você lida com isso? Você tenta mostrar uma outra dimensão?

Beá: No encontro com professores em Colatina, por exemplo, a gente levou material do Ailton Krenak, trabalhou bastante a obra dele. O que faço o tempo todo é tentar desconstruir. No livro, parto desse princípio da exposição dos

exemplos. Por exemplo, o tema é “a natureza”. Ponho um Monet, ponho um artista da periferia, e o brasileiro Rodrigo Braga. Misturo os artistas, ponho uma obra da África... Fico o tempo todo relacionando. Na hora de apresentar música, falo do Vitor Ramil lá dos pampas, de tecnobrega de Belém. O livro acaba sendo uma brincadeira de quebra-cabeça. Parto do princípio de que tem que se mostrar que há arte canônica, mas que ela é uma fração muito pequena da arte.

Ao Largo: E como é a resposta dos professores e dos alunos desses professores?

Beá: Essa coisa do livro é muito frustrante. Porque o livro – especialmente esse do PNLD – fazemos com o objetivo de que ele seja aprovado pela banca avaliadora. Se o livro não passa na banca, todo o investimento da editora se perde. Você passa dois anos trabalhando, pesquisando, comprando imagem, investindo em material digital e tudo isso se perde. Para a editora, o interesse maior é esse. É lógico que quero passar na banca, mas quero falar também com o professor e com o aluno. O meu objetivo verdadeiro é falar com o aluno, mais do que com o professor. Só que toda política é meio cega nesse ponto, porque é voltada para o professor, não para o aluno. Pelo que tenho ouvido sobre o projeto *Mosaico*, os professores que adotaram esse método dizem que em geral os alunos gostam. Principalmente porque tem imagens grandes e pouco texto. E o outro livro concorrente que foi aprovado pelo MEC tem muito texto.

Ao Largo: Mas como funciona esse ponto dos concorrentes?

Beá: O programa abre o edital, daí tem onze editoras preparando livros para concorrer. Em História, por exemplo é comum passar dez, oito coleções. O professor faz a escolha final. É o lado muito bacana do programa. Quem escolhe o livro é o professor. Então a editora quer passar na banca e depois quer agradar ao professor. Às vezes existem cinco livros e o professor escolhe aquele que é a cara dele e da turma dele. O ideal seria inclusive que esses livros fossem super diferentes. Mas infelizmente o edital é cada vez mais dirigido e os bem-sucedidos são muito imitados. Acaba que os livros vão ficando muito parecidos.

Ao Largo: Qual você acha que é o lugar do educador e o lugar dos livros na democratização do ensino?

Beá: O lugar do educador é o do mediador. Acho que o melhor conceito é o de mediação. Porque a tendência da educação é ser cada vez mais personalizada. A função do educador é conhecer o aluno e fazer a pergunta certa para ele. Tenho que fazer uma pergunta para você que só vai servir para você, Pedro, não vai servir para o Marcio. Essa pergunta que vou te fazer vai te mobilizar de um jeito que você vai querer estudar. Acho que esse é o ideal do professor. Então o papel seria chegar, conhecer, fazer vários encontros de reconhecimento dele com a turma. E daí promover essas provocações, essas perguntas mobilizadoras, individuais.

Ao Largo: *O processo seria então o de criar uma ponte entre aquilo que o professor tem e a realidade do aluno?*

Beá: Sim, a prática do professor é muito importante de a gente entender. Porque muita gente da academia não compreende isso. A academia tem um processo de aprendizado e de produção de conhecimento que tem sua base no aprofundamento teórico. Então você vai lá, faz um mestrado, depois um doutorado e vai sabendo cada vez mais tudo sobre aquele buraco. E esse tipo de saber não serve para um professor que está em sala de aula. O professor que está em sala de aula precisa ter conhecimento sobre tudo, tem que ser da superfície, ele tem que saber patinar.

Ao Largo: *É muito forte esse fator, pois ele torna o professor capaz de promover encontros.*

Beá: Sim, mas por isso que acho que tem que desconstruir o próprio papel do professor. Principalmente no Ensino Médio. Voltando ao livro, o conteúdo não é o mais importante. O mais importante é a metodologia. Olhar essa imagem, aprender algo sobre ela, depois ir para sua casa entrevistar o seu avô. É um método. O livro tem que ter metodologia, ele tem que promover atividades variadas e ter muito texto citado. Coloco, por exemplo, um trecho do Caetano Veloso, *Verdade Tropical*, escolho um trecho dele falando do processo criativo dele, depois um trecho do Davi Kopenawa do livro *A queda do céu*. Preciso do texto original, de música original, porque aumenta o repertório do aluno. Principalmente quando trabalhamos para escola pública no Brasil. Chegamos a achar que, com a internet, todo mundo teria acesso a tudo. Não tem. A gente

descobriu que o que eles têm acesso é ao funk. Nada contra o funk, porque acho que ele tem que estar lá no livro e eu coloco. O problema não é esse, e sim você só ouvir isso. Você vai para escola para abrir portas. A função do livro didático é ajudar nessas conexões, na ampliação das referências culturais.

Ao Largo: Você tem outro projeto com educação que é muito importante na sua trajetória e na cena cultural do Rio que é a Universidade das Quebradas. Queria que você falasse um pouco sobre isso.

Beá: A Universidade das Quebradas foi uma sorte. Porque conheci a Numa Ciro, uma cantora e poeta paraibana que mora aqui no Rio de Janeiro. Ela é da Letras, estudou grego e tinha defendido uma tese sobre as mães dos rappers paulistanos. Ela tinha muito contato com esse mundo periférico, chegou a entrevistar a mãe do Mano Brown, imagina. Quem orientou a tese dela foi a Heloisa Buarque de Hollanda. Existem vários mitos sobre a Universidade das Quebradas, e uma das histórias de criação diz que a Numa começou a encontrar artistas periféricos na casa dela e a Helô falou “não, vamos juntar, vamos trazer essa gente para universidade” e o nome Universidade das Quebradas foi a Numa quem deu. Como ela pesquisava os rappers paulistanos – porque essa palavra *quebradas* se usa em São Paulo, não se usa aqui –, ela importou a palavra pro Rio. Mas o fato é que a Helô já chamava artistas da periferia para falar na UFRJ para promover encontros. Hoje entendo que a Helô pensou na Universidade das Quebradas como um laboratório. Então ela se juntou com a Numa e elas começaram a convidar os artistas a participar. Aquele momento foi fundamental, porque em 2010 ainda não tinha a lei das cotas nas universidades. A gente ainda vivia um momento em que muitos jovens queriam frequentar a universidade e não tinham esta oportunidade. Havia pessoas muito sabidas, mas que se sentiam à margem da academia e a academia tinha uma enorme relutância de reconhecer o conhecimento popular. Havia uma demanda por aquilo.

Me lembro de quando dei aula em Manguinhos, apareceu um sujeito no primeiro dia, estava todo mundo se apresentando, “Eu faço um sarau de poesia”, “Eu faço palhaçaria com crianças”, e ele falou “Eu faço pão”. O cara faz pão e quer estar na Universidade das Quebradas, tudo bem, é projeto artístico dele, foi o que eu pensei. No primeiro Território da periferia (espécie de seminários em que havia apresentação de projetos) ele contou que por trabalhar numa padaria aprendeu

a fazer pão, aí ficou desempregado e via as pessoas passarem fome, o que o deixava muito aflito. Então ele criou um forno na calçada, a casa dele era muito pequena, para fazer pão todo dia. Ele pensou: 'qualquer pessoa que me trouxer latinha, leva o pão'. Ele trocava a latinha por dinheiro, com esse dinheiro ele comprava a farinha e fazia o pão – ele inventou esse ciclo econômico criativo. Morava lá em Manguinhos, lugar que tinha dois bailes funk grandes; no dia seguinte, tinha mais de quatro mil latinhas no chão, e desde gente do crack até crianças com os pais desempregados iam no baile catar umas latinhas para chegar em casa com o pão. Olha a solidariedade radical deste projeto, a interação com a comunidade, a compreensão da tecnologia social. Incrível o caráter de uma ideia dessas, botar em prática e sustentar isso.

Ao Largo: É bonito que a ideia dele tem uma troca, mas que é uma troca que tá aí, disponível, no chão.

Beá: É uma troca de quase nada por quase nada! Mas ele contava que com esse negócio de fazer o pão, ninguém na casa dele passava fome, pois tinha sempre pão em casa. Ele foi ficando conhecido por isso. Lá na biblioteca, as pessoas tratavam ele com o maior respeito por ter o projeto lata-pão. Essa dimensão social foi um tremendo aprendizado para mim na Universidade das Quebradas. Mas também um aprendizado cultural – conhecer o samba, conhecer a cultura do samba, o jongo, conviver com pessoas do jongo, os pesquisadores de cultura afro, assistir a debates, muitos debates, a gente presenciou coisas incríveis.

Ao Largo: Deve dar uns nós na cabeça, pois a gente acha que a pessoa inteligente é aquela pessoa que fala com português gramatical correto, que expõe os pensamentos de determinada maneira, e a gente vê pessoas geniais por caminhos não usuais, que falam errado, escrevem errado, mas que sabem se colocar de maneira totalmente criativa.

Beá: E muitas vezes mais originais. Até porque, a pessoa que não passou pela universidade, não leu os conceitos como a gente, pensa de um jeito mais livre. Faz umas associações que a gente não faz, pode pensar coisas surpreendentes para aquele momento. Mas tem de tudo. Tem pessoas arrogantes, também não quero romantizar.

Ao Largo: *Essas experiências colocam a gente em um “estar no mundo”, e esse gesto exige humildade. Porque nos damos conta de que não temos só cultura para ensinar.*

Beá: Totalmente! Eu tomei na cara logo no começo, dessa coisa de que eu estava lá para ensinar. Logo no primeiro ano, apanhei umas duas ou três vezes e aprendi o meu lugar. Passei a ir para aprender. Acho que contribuí também ao receber os textos, trabalhar com os textos com os quebradeiras, indicar muita pesquisa. Porque como estou pesquisando para os livros, acabo tendo muito repertório para trocar, para oferecer. E tenho empatia de fato, tenho disponibilidade de trabalhar com as pessoas.

Ao Largo: *Você recentemente saiu da Universidade das Quebradas. Mas você pretende retornar, quais são os seus planos?*

Beá: Não, o problema é que eu entrei nessa máquina do PNLD, uma máquina da qual não estou conseguindo sair.

Ao Largo: *Você precisa reelaborar o material todo ano?*

Beá: É, o material de 2017 eu já vou reelaborar, atualizar que a gente chama. Quer dizer, a estrutura do *Projeto Mosaico* está boa, muito atualizada. Mas a abordagem mudou nesses últimos três anos, fora que o próprio mundo mudou muito. Mudou totalmente. Não posso nem falar de grafite da mesma forma. Por exemplo, eu tinha um capítulo inteiro falando sobre hip hop, vou ter que mudar tudo. Quer dizer, os grafites foram apagados em São Paulo. Não tem mais nada daquilo. Os projetos de cidadania, esse livro da Cidade, vou ter que refazer todo. Os projetos foram desmantelados. Os prefeitos do Rio e de São Paulo detonaram a política cultural, além de, lógico, o governo federal ter feito o mesmo. Tem uma mudança de configuração na sociedade, que está mais violenta, mais preconceituosa. Atualizar é também reelaborar as coisas com outro viés. Agora a gente tem que ser mais duro. Tem que ser mais África, mais negro, mais democracia, enfrentar o preconceito social em sala de aula, ser mais radical no texto do livro, nas entranhas do livro. Porque a BNCC – Base Nacional Curricular Comum, do jeito que ficou, não é restritiva, não é que a gente esteja proibido de falar de alguns temas. Mesmo a questão de gênero, não é que ela foi abolida, que ela foi censurada. Teoricamente ela só não é mais obrigatória.

No edital do PNLD 2016, era uma obrigação abordar gênero, feminismo, questões raciais, questões relacionadas a pessoas com necessidades especiais, imigrantes, etc. Era obrigatório, se não tratasse, era reprovado pela banca. Esse era o mundo que a gente vivia há 3 anos atrás. A gente vive num mundo hoje, que se não tratar de um assunto importantíssimo como o racismo, não tem problema.

Ao Largo: *E como você lida com isso?*

Beá: Já estou cansada, penso que chega de fazer livro, quero fazer outra coisa da minha vida. Mas se eu não fizer o PNLD 2020, tem uma fila de pessoas que vão querer fazer. E vão querer fazer com ênfase na religião católica, eurocentrismo, com o mínimo de África e cultura indígena, e a editora talvez fique satisfeita. Tenho vontade de estar em sala. No ano passado constituí um coletivo chamado *Las Compostivistas*, com a Angela Carneiro e a Elizah Rodrigues, para encontrar os professores. Mas é uma ação que é custosa, dispende tempo – ir até uma cidade, fazer um encontro, tirar os professores de sala de aula. A gente precisa da Secretaria de Educação para ajudar. E quando você faz uma ação, vai interagir com um grupo de vinte professores que – tudo bem – estão lá em vinte escolas. É mais efetivo, mas é uma ação menor do que a de escrever o livro que vai estar no Brasil inteiro. Acho que também tenho que abrir para outras pessoas, e, na medida do possível, chamo outros autores para trabalhar comigo. Nesse último material que fiz para o Ensino Médio, por exemplo, chamei o Heraldo HB do Mate com Angu, cineclube lá de Caxias, para escrever a parte de cinema. Também procuro colaborações, formar pessoas, ensinar as pessoas a trabalhar com material didático. Por causa dessa compra de livros didáticos do PNLD, muitos grupos educacionais, inclusive internacionais, entraram no Brasil para produzir esses materiais. Os grandes grupos foram comendo as editoras menores. Virou esse grande negócio. Transformaram um programa voltado para a escola em uma fonte de lucro. São os fundos de investimento com seu poder ilimitado comandando os processos. Eles querem resultado de vendas. Sinto que tenho que ficar mais um pouco. Na mediação isso se chama transdução, que é como você é transformada e transforma o meio em que você atua. Mesmo estando dentro. E eu estou dentro dessa estrutura poderosa. Me sinto numa posição privilegiada, podendo produzir livros que vão ser distribuídos para o

Brasil inteiro. E tenho oportunidade de criar conteúdos que sejam mais democráticos, mais humanitários e políticos. Que sejam mais brasileiros, diversos, que falem da América Latina e promovam protagonismo aos invisíveis, tudo isso. Então preciso continuar atuando nesse momento.